DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

SO YOU WANT TO TALK ABOUT WHAT'S BEEN HAPPENING IN... IRAN

Nada El-Majri escreve sobre a política do Irão e a morte da Mahsa Amini

+

Castração Química
Por Eduardo do Lago Barroso

Outubro na Europa do Leste e no Cáucaso
Por Patricia Neruța

O Ajudar e o Parecer: Duas Realidades Distintas
Por Martim Dinis

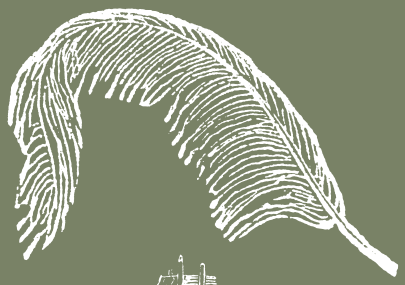
EDIÇÃO XV

Outubro de 2022

CONTEÚDO

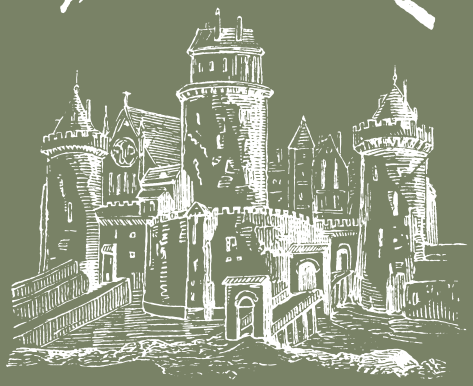
05 **LÁ FORA**

Secção dedicada a assuntos internacionais.



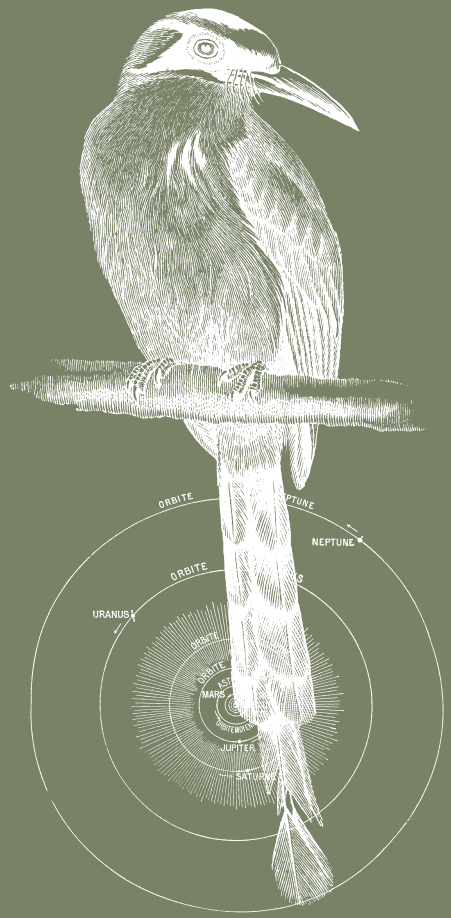
15 **CÁ DENTRO**

Secção dedicada a assuntos nacionais.



19 **A MEU VER**

Secção dedicada à opinião.



29 **CRIATIVIDADE**

Secção dedicada à expressão criativa.

35 **NÚCLEO MUSICAL**

Secção dedicada à exploração da música.

So You Want to Talk About What's Been Happening in... IRAN

BY NADA EL-MAJRI

On September 16th, Mahsa Amini, a twenty-two-year-old Iranian soon-to-be law student, died in a hospital in Tehran, after having been detained by Iran's 'Guidance Patrol', aka, their morality police, three days earlier for allegedly breaking the Islamic dress code for women. Amini died under "suspicious circumstances", as the Law Enforcement Command of the Islamic Republic of Iran stated. She allegedly had a heart attack at the police station, collapsed and fell into a coma before being transferred to the hospital. However, several eyewitnesses have come forward and said that they were detained alongside Amini, and that she had been severely beaten and that she was killed through the violent and brutal means of the police. Of course, the Iranian authorities denied these claims, but leaked medical scans show that Amini had a cerebral haemorrhage or stroke.

Her death sparked a series of protests that have been more widespread than the protests previously conducted in 2009, 2017 and 2019, and have been some of the largest Iranian protests since 2009. Several female demonstrators took off their hijab and publicly cut their hair as acts of protest. Video evidence that has emerged across social media, despite the constant internet breakages from the government to stop the circulation of such media, have shown the defiant demonstrations receiving violent responses from the police.

LÁ FORA

Over 200 people have already been killed by security forces confronting these protests across the whole country, with several international organizations such as Amnesty International, condemning them for the firing of live ammunition into the crowds, and the beating of protestors with batons. The Iranian government says protesters are a dangerous threat, and has blamed the US and Israel for spreading the unrest.

Historically, the mandatory dress code for women was enacted after the Iranian Revolution of 1979, where the interpretation of the Quran and Islamic values justified such restrictions. It was on March 7th, less than a month after the revolution, Ayatollah Khomeini decreed the hijab to be mandatory for all women in their workplace as well as women no longer allowed to enter their workplace or any government office unveiled, as he regarded this as being “naked”. Violence and harassment against women not wearing the hijab in accordance with Iranian government standards had become common after the revolution, whether by law enforcement personnel or pro-regime vigilantes. From 1980, women could not enter government or public buildings or attend their workplace without a hijab. In 1983, mandatory hijab in public was introduced in the penal code, stating that "women who appear in public without religious hijab will be sentenced to whipping up to 74 lashes". But in practice a number of women were sentenced to heavy prison terms.

Protests against the compulsory hijab have been common since 1979, with one of the largest protests taking place between 8 and 14 March 1979, beginning on International Women's Day and a day after hijab rules were introduced by the Islamic Republic. Protests against mandatory hijab rules continued, such as during the 2019–2020 protests, when protesters attacked a Guidance Patrol van and freed two detained women.

In 2020, Iran’s government Leader Ali Khamenei was quoted for saying that *"improperly veiled women should be made to feel unsafe"*, a statement that was supported by other officials and clerics and paved the way to more violence against women. Among the general population, however, an independent survey conducted in the same year showed that 58% of Iranians did not believe in hijab altogether, and 72% were against compulsory hijab rules. Only 15% insisted on the legal obligation to wear it in public. This shows that it is only the hard strung and extremely religious minority, mostly comprising of men, who believe in the government's aggressive decision to jail those who don't comply with the hijab laws. This also shows that it is only a minority that has interpreted the beautiful religion of Islam to this extent.

Following Amini's death and the associated protests, countries and entities such as the United States, Canada, the United Kingdom, and the European Union sanctioned Iran over human rights violations relating to Amini's death and the subsequent protests. The U.S. government's sanctions arm designated 10 members of Iran's leadership with financial blocks and penalties, continuing a string of actions imposed against Tehran for its repression of protestors and disrupting internet access. Targeted in the latest sanctions were the commander of the Guard's intelligence organization, its deputy commander, wardens from a number of prisons and an Iranian company that conducts social media filtering.

"زنان، زندگی، آزادی
WOMEN, LIFE, FREEDOM!"
#FREEDOM
#Mahsa Zhina Amini
Woman Life Freedom

Outubro na Europa de Leste e no Cáucaso

POR PATRICIA NERUȚA

Na sequência da implosão da URSS, surgiram diversos conflitos congelados na Europa de Leste e na Eurásia. As regiões da Transnístria, Ossétia do Sul, Abecásia e Nagorno-Karabakh são territórios fortemente influenciados pela política externa russa, fazendo parte do conjunto de Estados do "estrangeiro próximo" A existência destas zonas separatistas representa, não só uma procura e manutenção do poder russo no espaço pós-soviético, como também está presente uma vertente identitária, conjugando-a com os interesses geopolíticos e geoeconómicos. "*Russia feels a sense of entitlement towards its neighbors based on shared history, language, and culture, what foreign minister Lavrov has called "civilizational commonalities" in the post soviet space. It believes that it has a droit de regard in its neighborhood*" (Stent 2019). Atualmente a Rússia, tem presença militar em oito dos quinze ex-Estados Soviéticos: Arménia, Bielorússia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Moldávia e Ucrânia. A presença militar e influência russa condicionam a independência e o controlo dos seus territórios.

AArménia & Azerbaijão

Nagorno-Karabakh é um conflito congelado que diz respeito a um enclave de maioria de população arménia, dentro do Azerbaijão. No passado mês de setembro, as Forças Armadas do Azerbaijão quebraram o acordo de cessar-fogo, feito em 2020, e bombardearam as cidades fronteiriças Goris, Sotk e Jermuk da Arménia. Encontramos, desta forma, duas posições de narrativas legítimas, em competição no espaço pós soviético. Os azeris defendem e invocam a sua integridade territorial herdada do mapa político da URSS, status quo territorial; já os arménios invocam a legitimidade da sua autodeterminação nacional. *"Every Republic in the USSR was a multiethnic patchwork, and it was only the iron hand of the communist authorities that kept the peace and suppressed interethnic violence"* (Stent 2019).

Após a eclosão da URSS, a Arménia, condicionada pelo seu posicionamento geográfico e dimensão demográfica, decidiu aliar-se à Rússia. *"Armenia is a democratizing country with little choice but to ally with powerful autocracies in order to preserve its autonomy from neighboring Turkey and Azerbaijan"* (Drezner s.d).

Em 1992, Yeltsin criou uma aliança militar multilateral, que se veio a tornar, em 2002, na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO). Após a tomada de poder em 2000, Vladimir Putin aspirou transformar a CSTO numa organização equivalente à NATO, porém, ao contrário da NATO, a CSTO não tem o artigo 5º (As Partes concordam que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas) e, portanto, é um ponto de partida para a decadência e respetiva falta de credibilidade.

A CSTO, é constituída pela Rússia, Arménia, Bielorússia, Cazaquistão, Quirguistão e o Tajiquistão. Os membros estão divididos em três grupos: o Ocidental (Bielorrússia e Rússia), o Cáucaso (Rússia e Arménia) e Ásia Central (Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão). A sua eficácia também é prejudicada pela desconfiança dos membros para com as motivações da Rússia, representando uma ameaça à sua soberania. Todos estes Estados desenvolveram e perpetuam o síndrome de dependência soviética que existe num continuum. A política multivetorial russa é conseguida através da sua influência e da sua presença militar nestas regiões e nas restantes ex-Repúblicas Soviéticas. A política externa russa na Eurásia, sob domínio de Putin, tem dois objetivos principais: a primeira é de os integrar economicamente e politicamente, por meio da União Económica da Eurásia e da CSTO; a segunda é de expandir a sua influência na região através do uso do soft power, através de organizações como a Russky Mir e do ensino da língua russa.

A ausência de ajuda militar russa é sinónimo da sua crescente impotência e enfraquecimento da sua posição na guerra com a Ucrânia e, ao mesmo tempo, na CSTO. É incapaz de auxiliar os seus aliados e manter uma guerra que, ela própria, começou. Dado o desenvolvimento desta guerra e os acordos feitos com a UE em relação à exportação do gás natural, Ilham Aliyev aproveitou o isolamento da Arménia e atacou-a. Para além da França, os membros da OSCE não estão propriamente interessados em resolver o conflito ou de auxiliar a Arménia. Nagorno-Karabakh é reconhecido, mas existem zonas a nível mundial com maior prioridade. *"Nous sommes seuls. Les gouvernements font de grandes déclarations pour demander la paix mais personne ne sanctionne l'Azerbaïdjan. Ursula von der Leyen achète du gaz aux Azéris et on sacrifie les Arméniens?"* ("Estamos sozinhos. Os governos fazem grandes declarações apelando à paz, mas ninguém sanciona o Azerbaijão.

Ursula von der Leyen compra gás aos azeris e os arménios são sacrificados"), (Toranian s.d). A população arménia teme pela sua existência e pelo risco de sofrer uma tentativa de genocídio por parte dos azeris, em cumplicidade com a Turquia.

Moldova

A vulnerabilidade da Moldova perante a guerra na Ucrânia resulta da sua região separatista russa, a Transnístria, que permanece leal a Moscovo. A Transnístria é um Estado que não existe e só é reconhecido por outras regiões com conflitos congelados decorrentes. Encontra-se a sudeste da Ucrânia e separa-se naturalmente da Moldova, através do rio Nistru. À luz desta guerra, tanto a população, como os media internacionais, apontam a possibilidade da Moldávia ser a próxima vítima na guerra. "*If Odessa falls, Moldova is next*", publicou o EU Observer. A expansão da guerra é partilhada entre Washington Post, France 24 e o Daily Mail. Maia Sandu designou estes de impasse como os mais perigosos da história da Moldova, desde 1991-92.

Existe a possibilidade da Rússia tentar avançar por Odessa e anexar também a Transnístria. É uma questão pouco provável, mas tem vindo a preocupar o governo pro-europeu do PAS. Depende, assim, da capacidade da resistência ucraniana e do auxílio de armamento militar doado pelo Ocidente, tal como da eficácia das sanções. As instituições da Moldova dependem de ajuda financeira externa para fazerem face aos orçamentos públicos, de forma a evitar a instabilidade política e possíveis protestos socioeconómicos. A crescente inflação consequente da guerra marcou profundamente a economia moldava, esta que ainda não recuperou das repercussões da pandemia. A situação da crise energética foi melhorada com a ação da Roménia, pois alterou a sua lei para poder vender, legalmente, à Moldova, eletricidade mais barata do que a do preço do mercado. São compensados os 30% que foram cortados pela Ucrânia após os ataques da Rússia aos seus sistemas de energia.

"The current reformist government has been in power for less than a year and was not prepared to face so many existential problems. Without external help it would be almost impossible to politically survive the pressure of all the crisis that the country is going through" (Cenuşa s.d). Tal como a Geórgia, depende e dependerá da proteção da UE.

A 10 de outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nicu Popescu anunciou no Twitter que mísseis de cruzeiros russos, lançados contra a Ucrânia, entraram no espaço aéreo moldavo. A Rússia quer desestabilizar a classe política moldava, da UE e dos EUA, violando a sua posição de neutralidade. O governo de Gavriliţa espera a paz e a não agressão da Rússia, que é justificada pelo seu status de neutralidade permanente, estipulado no artigo 11 da Constituição de 1994. No entanto, na prática, o estatuto de neutralidade é um risco, tendo em conta o seu exército nacional subdesenvolvido e o facto de apenas 16% da população estar motivada para defender o seu território nacional. É certo que a Moldova não irá pedir a adesão à NATO, com receio de atrair as forças militares russas para o seu território, mas com a guerra na Ucrânia, Chişinău tem-se aproximando da esfera de influência do Ocidente e da UE.

O Compromisso Republicano

POR DIOGO MOREIRA

Com as mid-terms à porta, os republicanos apresentaram o seu programa legislativo para o próximo Congresso. Uma maioria republicana na Câmara dos Representantes ainda parece ser, segundo sondagens como as do Bloomberg, Político e FiveThirtyEight, o acontecimento mais provável de se realizar no dia 8 de novembro. Os republicanos, que estão em minoria em ambas as câmaras, têm a chance de agarrar a câmara baixa e de conseguir, com isso, mais uma arma para minar a administração Biden e preparar as presidenciais de 2024.

No final do passado mês de setembro, os deputados republicanos da Câmara dos Representantes disponibilizaram aquilo que será a agenda política e legislativa do partido para o 118o Congresso dos EUA. O "Commitment to America" (CTA), assim intitulado, não é um compromisso muito elaborado, diga-se de passagem. O seu preâmbulo assenta num reforço dos princípios fundadores do país - "As Americans, we cherish our rights to life, liberty, and the pursuit of happiness", como é escrito no preâmbulo do CTA, reforçando as ideias marcadas na Declaração de Independência dos EUA. A ideia de que os EUA são um país excepcional, a celebração do "American Dream" e a exaltação da história do país são características marcadamente e tipicamente republicanas.

Talvez fosse de esperar que o Partido Republicano apresentasse um plano elaborado de ideias e alternativas governativas ao Partido Democrata, criticando a administração atual, mas apresentando uma visão diferente e coerente para o país. Contudo, o CTA parece mais um conjunto de slogans republicanos mal elaborados, todos agrupados num só documento.

Para além de curto, o documento não aprofunda nenhum tema em específico, estando repleto de bandeiras típicas do GOP, focando na redução de despesa pública, cortes de impostos, retóricas anti-imigração e um toque de protecionismo económico. O CTA foi apresentado por Kevin McCarthy e outros membros do congresso republicanos numa fábrica de materiais de ventilação e aquecimento na Pensilvânia, ao som de *"Made in America"*. McCarthy, líder da minoria republicana na Câmara e que será Speaker se os republicanos triunfarem, abre o seu discurso: *"First of all, thank you. Do you not believe America is exceptional?"*. É apresentado como um novo rumo para os EUA e contém 18 medidas com objetivos pouco delineados, divididas em 4 áreas: o fortalecimento da economia americana, o aumento da segurança interna, a reivindicação de direitos sociais e o reforço da administração do Estado.

Estes objetivos são definidos tendo em conta a situação económica, social e política em que os EUA atualmente se encontram. As criticas ao Partido Democrata são, sobretudo, centradas na inflação recorde que se sente no país (a mais alta em 40 anos) e na pouca segurança sentida em cidades americanas, com o CTA afirma que, com a administração Biden, exsitem hoje 12 cidades americanas com taxas de homicídio recorde, para além de assentar numa lógica de combate à imigração ilegal, alegando que desde o inicio do mandato de Biden houve uma entrada de 3,5 milhões de imigrantes ilegais no país.

O CTA também parece, também, argumentar que há um número recorde de overdoses por uso de drogas no país, principalmente pelo uso de fentanil, que, segundo os republicanos, vitima 300 americanos todas as semanas. O aumento do preço dos combustíveis em 60% é outra crítica feita à atual administração de Biden, com os republicanos a argumentar que os gastos "desnecessários" do governo são a causa deste aumento.

A criação de empregos, a expansão da manufatura americana e da sua competitividade, a luta comercial com a China, o aumento da independência energética do país, são algumas das políticas propostas no CTA no que toca à política económica. Fala-se de um aumento da força policial e mais investimento em defesa nacional para aumentar a segurança interna e externa, com um foco especial em apertar a segurança nas fronteiras para prevenir travessias ilegais e, efetivamente, o tráfico de drogas. A postura anti-aborto, o fortalecimento da Segurança Social, o Medicare e a implementação de um Voter ID também entram para agenda republicana. Todas estas medidas estão apresentadas no documento com pouco detalhe e elaboração sobre a sua implementação concreta.

Este plano legislativo parece retirar muito do seu corpo ideológico (e inspiração para o nome) de um semelhante plano republicano apresentado durante a campanha eleitoral de 1994, o *"Contract with America"*, que foi escrito por dois congressistas republicanos, Newt Gingrich e Dick Armey. A agenda continha, nas suas medidas, inspiração em Ronald Reagan. Aliás, muito do texto do *"Contract with America"* era retirado de um discurso do Estado da União do presidente Reagan em 1985. Esta agenda, em semelhança ao *"Commitment to America"*, foi apresentada durante as midterms do primeiro mandato da administração em funções da altura. Em 1994, o presidente era Bill Clinton do Partido Democrata.

Neste aspeto, conseguimos traçar muitas parecenças entre as duas agendas legislativas e, à semelhança do CTA, também a sua matriz ideológica alimenta-se das ideias económicas que caracterizam os *"Reaganomics"* - políticas económicas aplicadas por Reagan durante a sua presidência - e que assentam, sobretudo, em lógicas de *"trickle-down economics"*, desregulação do mercado e redução da despesa pública. O *"Contract with America"* continha também uma parte dedicada à reforma da administração do estado.

Joe Biden reagiu ao CTA, realçando a sua falta de detalhe e pouca visão estruturada para o país: *"That is (o CTA) a thin series of policy goals, with little to no detail that he (Kevin McCarthy) says Republicans will pursue if they regain control of the Congress."* O plano não contém nada de concreto e mensurável em termos de objetivos definitivos, mas o líder republicano da Câmara acredita na sua agenda, visando uma mudança de liderança política no país.

Com a aproximação do dia 8 de novembro, o resultado esperado fica cada vez mais nítido à medida que os republicanos vão ganhando terreno eleitoralmente, construindo o caminho para ganhar controlo da Câmara. O debate político envolve críticas aos adversários e os republicanos bem podem apontar erros à gestão democrata do país como entenderem, mas os seus argumentos têm sido bastante rebuscados, como o argumento de que a inflação e o aumento dos preços do combustível é uma consequência de uma despesa pública demasiado elevada, que os republicanos consideram desnecessária.

Fazer oposição não é só dar murros na mesa e criticar a administração, envolve criar uma alternativa de governação com visão e propostas bem elaboradas, com objetivos passíveis de se concretizar, que não padeçam de populismo e retóricas simplistas. O Partido Republicano, com esta agenda, demonstra que não tem um plano. Só tem vontade de governar, e isso não chega, ou pelo menos, não deveria chegar.

Castração Química: as Limitações da sua Proposta

POR EDUARDO DO LAGO BARROSO

A castração química é um tema que poucas pessoas conhecem. Porém, começa a surgir cada vez mais no debate público. Usada sobretudo como punição para pessoas condenadas por violação, a castração química é um tratamento que se baseia na injeção de inibidores sexuais que controlam a líbido do condenado. Este tipo de tratamentos têm um grau de eficácia que ronda os 99%.

Na Assembleia da República, o partido Chega! (CH) é o principal defensor desta medida e já a tentou levar várias vezes a debate. Contudo, nunca chegou a ser debatido, uma que vez, ainda a Mesa liderada pelo então Presidente (PAR) Eduardo Ferro Rodrigues, rejeitou todas as iniciativas por considerar que as mesmas eram inconstitucionais. A 20 de setembro deste ano, a Mesa já presidida por Augusto Santos Silva, apesar de inicialmente ter rejeitado a proposta, acabou por admitir a mesma, tendo o seu debate ocorrido a 7 de outubro. O Projeto de Lei 263/XV/1 foi debatido na Assembleia da República e foi rejeitado com apenas 12 votos a favor, num total de 230.

O procedimento de debate parlamentar é composto por três fases. A fase inicial consiste nas declarações iniciais pelo proponente no qual são explicadas as razões, fundamentos e propostas do projeto.

Seguida de um período de declarações de cada partido com representação parlamentar, nas quais cada partido indica as suas posições e argumentos podendo também fazer perguntas. Pode haver ainda um momento de respostas. Por fim, antes da votação, existe uma declaração final no proponente da iniciativa no qual é feita uma tentativa de se responder a todos os contra-argumentos apelos e fazer um apelo ao voto.

Na declaração inicial do partido Chega, o partido fundamentou a defesa da castração química como uma medida que visava proteger as mulheres, as crianças e evitar a reincidência dos violadores. Foi referido que esta não era a ideia inicial do Chega, mas dadas as condições impostas pela mesa, foi a máxima possível.

Nas declarações dos restantes partidos, apesar de muitos dos argumentos contra serem diferentes, todos os partidos concluíram que a proposta era inconstitucional por considerar que atacava a integridade física do criminoso e que era uma punição desumana, ou seja, uma violação clara dos artigos 1º e 25º da Constituição. O PAN considerou que a medida era antiquada e que não resolvia o problema em causa acusando o Chega de não apresentar medidas concretas e reais para a resolução do problema. Para o PAN, a solução passava por fazer alterações aos prazos de prescrição, fazer da violação um crime público e criar mecanismos para facilitar a condenação dos violadores a penas de prisão efetiva.

A Iniciativa Liberal fez uma análise técnica ao diploma e, para além de concluir que a proposta era ineficaz, acusou o Chega de tentar impor uma castração química obrigatória mesmo que este partido referisse que não era. Para a IL, uma das propostas para resolver este problema era o reforço do papel das escolas não só na educação sobre estes comportamentos, mas também como plataforma de denúncia desses crimes.

O Bloco de Esquerda iniciou as declarações com uma crítica ao Presidente da Assembleia da República por ter admitido este projeto de lei, criticou a normalização social dos abusos sexuais e ainda os casos de pedofilia da Igreja Católica, mas não apresentou soluções para o problema. Para o PCP, este projeto era um engodo político, que não era proporcional e era simplesmente uma aplicação direta da Lei de Talião. Baseando-se em especialistas, os comunistas referiram que tratamentos hormonais eram ineficazes, acusando o Chega de ser ignorante e populista. O LIVRE acusou o Chega de machismo a e de incongruência por se declararem defensores das crianças, mas depois usarem os filhos das Deputadas da AR como argumento político para legitimar a castração química, onde o argumento deste partido passou por considerar que a iniciativa era igualmente ineficaz. O PSD fez uma leitura mais jurídica e considerou que não só era ineficaz como desumana apresentando como solução o aumento das terapias e vigilância dos agressores, na reinserção e na educação e, por fim, o PS fez uma leitura puramente jurídica do diploma.

Nas declarações finais, o Chega acusou os restantes partidos de inação no combate à violação, de estarem do lado de quem comete os crimes e utilizou como referência países como o Reino Unido, França, Alemanha, Rússia, Estados Unidos, Dinamarca, Finlândia, Noruega, entre outros países com um maior índice de desenvolvimento humano em Portugal.

Sobre a análise jurídica deste projeto, apesar dos meus dias de estudante de Direito já terem acabado, concordo com a ideia de que a castração química é manifestamente inconstitucional. Sobre a aplicabilidade e argumentos da mesma, há algumas ideias a ter em conta.

O primeiro argumento de que a castração química é uma medida de proteção contra as mulheres e crianças é falacioso, não só porque atua apenas com um caráter punitivo e não preventivo. O segundo argumento, sobre o evitar a reincidência dos violadores, apesar de apresentar um fundo de verdade, existe um problema muito grande, que passa pelo facto deste mecanismo só poder ser aplicado a 33% dos violadores que foram condenados. Mais de 2/3 dos criminosos por crimes de violação não chegam sequer a ser condenados por falta de prova e voltam a estar em liberdade e, com isso, com a possibilidade de voltarem a cometer crimes. Para mais deste argumento, o projeto do Chega passava por castrar quimicamente os violadores durante o tempo em que estavam presos. Atendendo à moldura penal existente, qualquer crime de violação na sua forma consolidada ou tentada é passível de uma pena efetiva, isto é, de prisão, por um período de 1 a 6 anos ou de 3 a 10 anos, caso a vítima seja menor de idade1. Durante este tempo, o criminoso seria submetido à castração, deixando de o ser quando voltasse à liberdade. Ou seja, em termos práticos, o violador seria castrado quimicamente durante o único período de tempo onde a possibilidade de cometer qualquer crime de violação era praticamente nula.

Para terminar, e respondendo ao argumento de que a castração deve ser aplicada em Portugal porque também se aplica noutros países, nunca este argumento foi tão
absurdo. Primeiro, porque o facto de um país ter esta medida, não significa que
Portugal também deve ter. Segundo, a ideia de que os países que a aplicam são
mais desenvolvidos que Portugal omite um fator importante: o desenvolvimento humano não é sinónimo de segurança. Usar o IDH para legitimar a castração química não faz sentido. E se quisermos usar algum indicador, o mais indicado seria o Índice Global de Paz que mede, entre outros fatores, o grau de segurança de cada país.

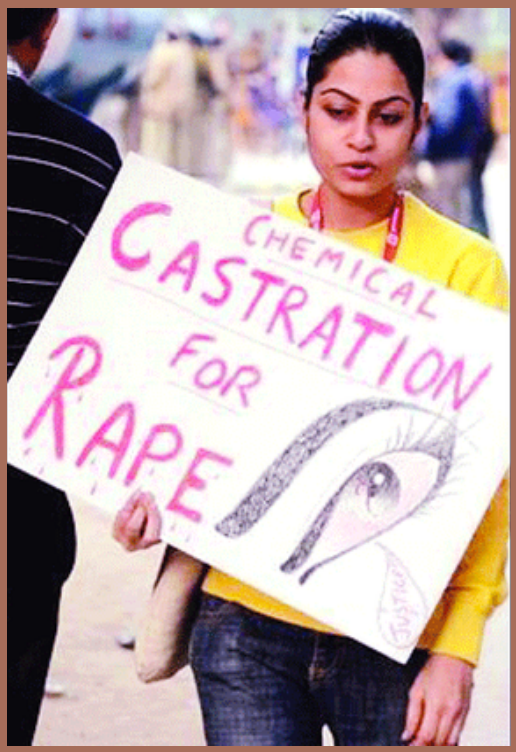
Ora, ainda que Portugal possa ser menos desenvolvido que os países já enumerados, a verdade é que ultrapassa todos e com grande escala no índice de segurança. Ou seja, Portugal é mais seguro. Neste momento, Portugal ocupa o 6º lugar a nível mundial, e de todos os países que têm a castração química, apenas um é mais seguro que Portugal, a Dinamarca. Países como a Islândia, Nova Zelândia ou Áustria não têm.

A minha questão é a seguinte: porque deverá Portugal inspirar-se nos países menos seguros para criar as suas políticas de segurança? Devemos ser iguais a quem está pior ou competir com aqueles que estão melhor que nós? Para mais, há que referir que a castração química pode ser usada em dois momentos, ou para tratamento ou para punição, e muitos dos países referidos usam a castração química para fins terapêuticos, ou seja, nem se aplicam no projeto apresentado. E só uma nota, a Rússia só deve ser comparada em termos militares, porque tirando isso não há nada em que a Rússia seja modelo de referência.

Em suma, apesar de reconhecer que foi importante trazer estes assuntos para discussão, vemos, mais uma vez, este tema tão atual e com necessidade de ser debatido, a ser abordado da pior forma possível. Numa sociedade em que se começa a acordar para este tema dos abusos sexuais, onde cada vez mais se vêm instituições, de uma melhor ou pior forma, a tentar resolver problemas, vemos cada vez mais vítimas que ganham coragem para denunciar o que aconteceu.

Ver a mudança da visão social que se tem sobre este assunto onde a vítima deixa de ser considerada como sendo totalmente ou parcialmente responsável pelo crime, ver associações desportivas a criarem até modalidades diferentes para abordarem este assunto, como é exemplo o Krav Maga Women, que se inspira nos modos de combate do Krav Maga e ensina mulheres a defenderem-se de vários tipos de agressões, incluindo as sexuais.

Tudo isto são mudanças que vão ocorrendo e temos de ter o prazer de as ver e também de as acompanhar. Naturalmente que num artigo não é possível referir todas as soluções para resolver este problema, mas uma aposta na educação, na terapia e no acompanhamento psiquiátrico e psicológico da vítima e do agressor, no reforço da segurança e celeridade judicial, são o caminho ideal para resolver o problema.



A Importância da Sociedade Civil

POR ALEXANDRE GÓIS

"Que conselho darias a um deputado eleito no teu círculo eleitoral, sobre o tipo de políticas que deve ou não propor?"

A inspiração para este texto surgiu desta questão apresentada acima, que me foi dada numa aula da cadeira de Instituições e Representação Política. O objetivo era todos trabalharmos por grupos, tendo de chegar a uma resposta pessoal que considerássemos o mais adequada possível. A minha sugestão foi considerar que um deputado eleito no nosso círculo eleitoral devia, apesar do seu dever de possuir uma visão holística dos problemas do país, também chegar a um compromisso com políticas que não esquecessem a sua região (mesmo que pudessem estar contra o seu partido).

Fui chamado de utópico. Tenho dificuldade em imaginar como é possível alguém pôr, em primeiro lugar, o seu partido e, só em segundo, o seu país e região, a não ser que estejamos a considerar o mundo da política. Não é uma utopia quando falamos, simplesmente, do nosso dever e do que é moralmente certo. Nos seguintes parágrafos passo a expor as minhas razões.

A MEU VER

De forma geral, por país entenda-se a sociedade civil. O meu objetivo é realçar a sua importância e o dever para com ela, justificando assim o que referi anteriormente. A sociedade civil é algo tão complexo como uma enorme teia de aranha (onde tudo está interligado por um motivo) mas quase tão frágil como um castelo de cartas onde é exigido um enorme equilíbrio e sensibilidade para manter tudo de pé. Esta *"teia"* traduz-se num conjunto de relações para lá do que conseguimos conceber na nossa mente. Desta forma, onde nada é forçado ou artificial, seres humanos desconhecidos entre si, sentem-se ligados por algo muito maior e mais forte. Na sociedade nós encontramos elementos como a família, amigos, tradições e cultura. Espaços naturais que são terra pisada pelos nossos antepassados e contribuem para a nossa identidade, universidades e escolas como também diversas associações civis (think tanks, associações recreativas ou desportivas, lares e casas de repouso, associações de voluntariado, etc.).

Com base nisto, podemos perceber a riqueza que ela possui. O universo da política tende a não dar importância a toda esta diversidade. Especialmente quando existe um domínio de interesses partidários e de visões ideológicas que tendem a ignorar a realidade; para além de que é difícil encontrar uma classe política de grandes líderes em que as suas atitudes sejam reguladas pela moral (e não o contrário) e o seu principal objetivo seja preservar a sociedade civil. No entanto, por tudo o que a torna única, é a ela que nós devemos toda a nossa gratidão e responsabilidade. Enquanto cidadãos, não devemos nada à política.

Platão, no seu livro *'A República'*, dizia que os mais adequados para a política são aqueles que dela não querem fazer parte. A política era vista, para si, como uma espécie de escuridão, e a sociedade como uma luz para o verdadeiro conhecimento; pois era a única que podia oferecer os benefícios da educação.

Neste sentido, quem mesmo *"contrariado"* acaba por fazer parte dela, só a pode entender como um serviço e como uma forma de compensar toda a dívida de gratidão que sente, mas que no fundo sabe que nunca poderá ser totalmente paga (é impossível, pois o valor da nossa sociedade civil não tem preço). Se a nossa marca foi construída em comunidade e o nosso contributo foi o melhor para a mesma, então podemos sempre voltar, mesmo que nos ausentamos por um tempo.

Depois de realçar a importância da sociedade civil, acho necessário abordar ainda dois pontos fundamentais. O primeiro está relacionado com o entendimento dos diversos problemas numa sociedade. Sejam eles de ordem económica, social ou política, sendo que, em última extensão, estamos dependentes de quem possui o poder executivo e das nossas instituições, correto? Sendo esse o caso, não é descabido exigir qualidade aos decisores que dela fazem parte. A sua escolha está, por sua vez, refém da vontade das pessoas em processo eleitoral (numa democracia, obviamente). Seguindo esta lógica, como é que podemos garantir que esta escolha é a melhor? Não podemos. Não podemos simplesmente obrigar as pessoas a votar em X ou Y, até porque, às vezes, a diferença entre ambos não é clara. O que podemos é dar as melhores condições possíveis para garantir que a cultura política presente seja a mais sofisticada possível e, assim sendo, teremos como resultado a classe política mais capaz.

Certamente, em sociedade, se perderá menos tempos em debates sobre o *"sexo dos anjos"*, que não leva a lado nenhum, ficando a faltar uma maior concentração nos problemas reais e urgentes, como uma melhor atuação política sobre eles. Muitas vezes, quando olhamos para o parlamento, questionamo-nos se, de facto, existe uma representação efetiva de todos os membros e grupos da comunidade: mulheres/homens, ideologias, ambiente, setor primário/secundário, etc.

Contudo, se calhar o problema não é se estamos representados, mas sim, quem nos representa. Afinal de contas, e em última instância, o deputado está a representar um cidadão, seja qual for a sua origem. A resposta política nunca pode ser efetiva se a preocupação é agradar interesses particulares, sendo que o meu segundo ponto trata da necessidade de compreender melhor este equilíbrio (que mencionei no início do artigo), relativo à nossa sociedade civil.

Existe uma área de estudo científica chamada: *'Sustainability Transitions: Dynamics, Governance and Politics'*, que se preocupa, numa lógica de *"transition thinking"*, encontrar uma forma sustentável e eficiente de intervir em sociedade para resolver os seus problemas. Parte do pressuposto de que a sociedade é composta por diversos sistemas sócio-técnicos que são rígidos e, acima de tudo, com diversas falhas (sistema de transportes públicos, o uso de carros e a possibilidade de carros elétricos, crise energética, mau acesso a água potável em países pouco desenvolvidos, etc.) e que, por isso, é necessário chegar a um estado de transição onde tudo isto se consegue alterar. Atualmente um dos estudiosos mais proeminentes na área é o professor Jan Rotmans, da Erasmus University Rotterdam, que apresenta uma definição bastante elucidativa e clara: *"A transition is a structural societal change that is the result of economic, cultural, technological, institutional as well as environmental developments, which both influence and strengthen each other. Transitions are structural changes that take quite some time, at least one generation (25–50 years)"* (2005).

Enquanto estudantes de Ciência Política, por muito que possamos reconhecer que esta transição, tal como abordada pelo professor Jan Rotmans, seja fundamental, devemo-nos preocupar com a sua forma.

É muito fácil cair em utopias e descalabros de sonhos de um novo mundo onde todos os males foram curados da face da terra. Assistimos a isso durante o século XX através de tentativas de solução como o comunismo, o nazismo ou até a queda da República de Weimar, pela dificuldade em lidar com uma sociedade de massas que estava constantemente em crescimento e pela má análise de problemas sociais que estavam abafados pelo deslumbre de uma sociedade cada vez mais de luxos.

Por fim gostaria de deixar três citações do sociólogo Karl Mannheim, presentes no seu livro *'Man and Society: In A Age of Reconstruction'* (1940).

"Planning will be inevitable. We naturally hope it will take a very different form from that conceived by the dictatorships. Neither the nature nor the function of a planned social system demands the sacrifice of our real liberties or of the idea of democratic self-determination";

"The social organism cannot be cured by pure enthusiasm, but only by a sober investigation of the causes of the disease";

"Figuratively speaking, reconstructing a changing society is like replacing the wheels of a train while it is in motion, rather than rebuilding a house on new foundations".

O Ajudar e o Parecer: Duas Realidades Distintas

POR MARTIM DINIS

Nunca poderá a vistosa hipocrisia de quem faz dos necessitados os seus lacaios de masturbação moral e de imagem, coexistir no mesmo universo de quem ajuda, discretamente e anonimamente, seres de igual valor. É preciso desmistificar a ideia de que as intenções de quem se voluntaria para ajudar os outros nada importa.

Do latim "voluntarius", voluntário significa "de própria vontade", sem coação, sem constrangimentos. Ter apreço por fazer o bem, sem esperar (nem querer) nada de volta. Uma forma de viver que, aos olhos de muitos, se pode observar com um simples curriculum vitae, uma amostra escrita do catálogo de ações de voluntariado em que uma pessoa participou, uma prova prática e espiritual da constituição do seu caráter. Num país como os Estados Unidos da América, em que o sentido de comunidade existe e as pessoas, no geral, são espontâneas no seu entrosamento social, até pode funcionar minimamente, mas em Portugal, receio que o mesmo não só não seja possível, como vá contra os princípios que eu defendo e acredito que sejam benéficos para o nosso país, devido ao aproveitamento estabelecido da prática.

A MEU VER

Portugal que teve, recentemente, um novo exemplo da perversidade da presidente de uma das maiores instituições de solidariedade social do país. Após célebres frases como "os pobres não podem comer bifes todos dos dias", Isabel Jonet, presidente do Banco Alimentar, volta a demonstrar a sua má-criação ao afirmar que os pobres têm "uma tendência natural para gastar o dinheiro malgasto."

Talvez surpreenda alguém com o que vou dizer a seguir (espero que não), mas a verdade é que os pobres não têm tendência para gastar mal o dinheiro, porque os pobres não têm, de facto, dinheiro para gastar. Porque aquilo que Isabel Jonet é capaz de gastar numa única ida às compras, é o que estas pessoas têm para gastar em mais de um mês de despesas primárias. E porque também, ao contrário daquilo que Isabel Jonet acredita, os pobres têm a dignidade de comer os bifes que quiserem, ainda que certamente não sejam os do lombo de vaca ou de vitela que a família da presidente do Banco Alimentar, presumivelmente, está habituada a comer. Malvada seja a pessoa carenciada que cometa a atrocidade de possuir ambições, gostos e vontades, ou de, numa ocasião especial, querer dar, a si própria, um pequeno regalo que, nos hábitos diários da classe média e alta, não passa de uma casualidade. Como se estas classes sociais não fizessem o mesmo, ou até pior.

Esta não é uma tentativa de descredibilizar o importante trabalho do Banco Alimentar, tampouco de generalizar um padrão de comportamento que só uma parte dos voluntários (acredito eu) desempenha no voluntariado nacional. Pelo contrário, é uma tentativa de valorizar o verdadeiro trabalho voluntário, que em múltiplas ocasiões é ofuscado pela malvadez social proveniente de gerações e gerações de má-criação elitista, demonstrando a profunda desigualdade que ainda está presente na nossa sociedade. Isto porque o voluntariado, similarmente a outras atividades extracurriculares, pode transformar-se numa nova forma de elitismo, de um veículo para a elevação social.

A ajuda deve ser feita para que a pessoa em questão se sinta verdadeiramente digna e não seja tratada como um ser inferior de infeliz criação. Que seja, de facto, pobre em condições monetárias, mas que não se defina pela tão popular figura do "pobrezinho", que remete, não só para a condição financeira, como para a pobreza de espírito. A ideia de que os "coitadinhos", para além de pobres e tolos, precisam que os ricos tomem conta deles. Uma relação parental de quem "vingou" na vida (ou, na maior parte dos casos, herdou) e tem um cartório de lições para dar, sobre quem não teve essa felicidade e é tratado como uma espécie inferior, um sub-humano infantil, um pedinte de orientação superior.

É uma absoluta tentativa de eliminar um dos ensinamentos mais importantes da matriz cristã: a de que na pobreza também há dignidade. Imagino que alguns jovens tenham faltado à aula da catequese que explicava o apreço à dignidade de quem se encontra numa situação de miséria ou de pobreza, já que uma boa porção deste elitismo incorporado é praticado em organizações e instituições de jovens (provincianos) pseudo-católicos, o maior antro de tudo o que estou, e vou, referir neste artigo.

De uma classe social que faz questão de nos bombardear, constantemente, com lições de ética comportamental, que lições são estas que poderão dar? Que é elegante fazer propaganda do trabalho de voluntariado nas redes sociais? Que a vaidade proveitosa do desespero e da desgraça dos outros é sinal de elevação social e humana? Que o voluntariado é apenas uma conta da soma das nossas virtudes? Que o pobre não passa de uma encarnação do vício em pessoa e, portanto, deve ser ajudado parentalmente, mas sempre com uma certa distância? São estas as lições?

A MEU VER

Eu tenho uma lição, se me permitirem. O verdadeiro pobre é aquele que é pobre de espírito. De nada vale espelhar uma imagem de servo da boa vontade, quando o dia-a-dia está repleto de atitudes que vão contra o vosso (suposto) compasso ético, de atentados e pecados morais que, expostos e contados, dariam para formar uma nova associação de voluntariado, uma de salvação moral.

É a partir deste deficiente compasso, que podemos perceber a diferença existencial e estrutural entre quem ajuda para parecer e quem ajuda para ajudar. A ajuda do primeiro tipo de "voluntários" é uma ajuda sazonal, totalmente dependente da busca pelo brilho da sua imagem pública, pelos interesses elitistas e classicistas e pelo desdém a quem é diferente de si. É uma contribuição, prática ou monetária, que não acompanha o processo de desenvolvimento de quem se encontra numa situação precária, só aparecendo quando lhe convém e apetece, um frete em forma de compensação. Por outro lado, o segundo e verdadeiro tipo de voluntariado, é aquele que, independentemente de fatores externos (sejam eles coletivos ou individuais), tem sempre a mesma disponibilidade espiritual e moral para ajudar o próximo. É dar uma parte da sua vida, de forma anónima, para construir ou aprimorar a condição de vida dos outros, sem amarras, sem interesses e sem segundas intenções.

Naturalmente, só é possível almejar por uma sociedade justa e meritocrática quando a ajuda é consistente, natural e independente de objetivos secundários. Caso contrário, estamos a condenar (ainda mais) a vida das pessoas na mão de quem não tem nada a perder em usá-las como peões no seu campo de influências, dando esmolas e recusando, ao mesmo tempo, a respeitabilidade das mesmas. Não haverá projeto sem futuro mais evidente que este.

Assim, ser voluntário é mais do que passar uma tarde a pintar paredes com os amigos, é mais do que doar uma pequena parte dos nossos excedentes monetários, é mais do que viajar (por vezes à borla) para países de 3.º mundo para fazer o papel de baby-sitter turista. É mais do que fazer "caridadezinha" aos "pobrezinhos". Ser voluntário é ajudar, verdadeiramente, a construir um caminho firme para que quem precise de ajuda nunca mais tenha necessidade de passar por essa mesma aflição. É dar valor a quem não é capaz de se valorizar, é ser bom de livre vontade e não esperar nada de volta. É usar as suas próprias forças para levantar o próximo.

Ser voluntário é uma tarefa de ajuda diária, aos desconhecidos e conhecidos, à nossa comunidade ou a comunidades de diferente composição, e não há nenhum curriculum vitae que consiga demonstrar, com efeito, a vontade e bondade das pessoas. Apenas a consciência (ou falta dela) de cada um é capaz de o fazer.

On Being A Monster: The Path to Liberation

BY CRISTIAN BANCU

For the ones that seek to know how to liberate themselves, or for the ones that enjoy taming others, I present you with my fragile understanding of what conditions our existence. I believe being a monster is the path to liberation, for I have yet to conceive any other path that would allow me to conclude that pluralism may be existent in such a scenario.

Contrary to Hayek, I do not believe in roads because they are not natural. I suggest to you a path that is so natural you can feel connected through your feet to the inevitable destiny of Freedom. Ask yourself, do you feel more pleasure when barefoot on grass or concrete?

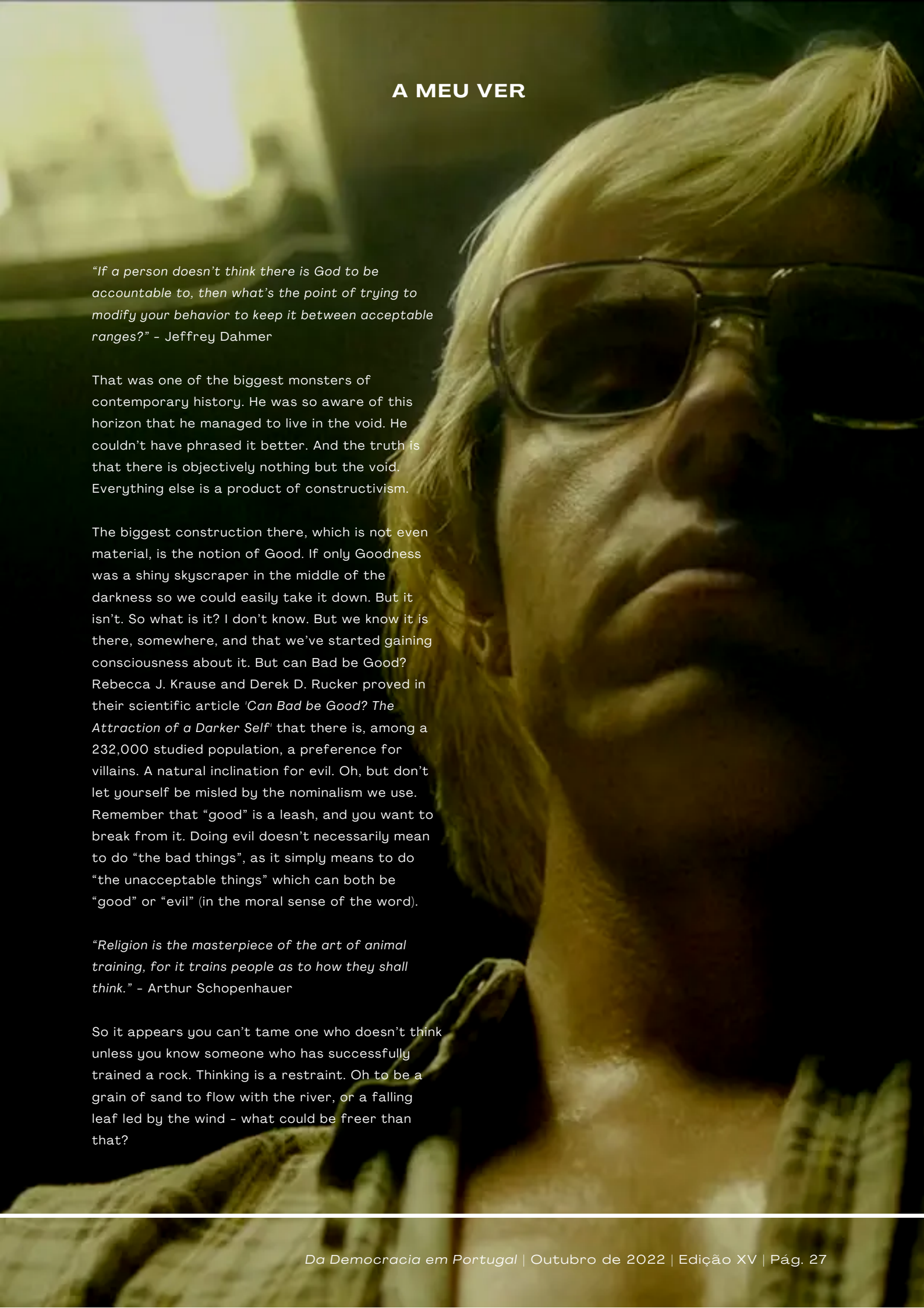
What is a Monster, anyway? A monster is, according to my analogy, not a free being, but freer than what you, a regular human, are. Monsters have existed in our tales probably since we learned about manipulating human action with the aid of words, or so to call it, storytelling.

A MEU VER

Analyzing the etymology of words, an exercise I particularly enjoy doing, “monster” has its root in the Proto-Indo-European “men” which means “to think”. Later, with the Latins, the word “monere” came about as “to remember” or “to warn, advise”, from which it also sprouted the word “monument”. Notice how they are both interestingly related to the act of thinking. But can you spot the difference? What exactly distinguishes a monster from a monument? The former is there to remind you of good things, while the latter is there to remind you of bad things.

We don’t want to be monsters, do we? Otherwise, why would we cultivate fear and rejection in our young species’ minds when seeing a monster? Because we are, as I said in the beginning, specialized monster tamers. We have created barriers that limit human action and rebranded it as good or acceptable doings. A child is born in a void, with no moral constraints to his action. We construct, as Isaiah Berlin would describe it, a *“horizon of possibilities”* around them. But it really isn’t a horizon of possibilities as it is a horizon of acceptability, because we know human action is possible, in the true sense, outside of it. Have you seen a child’s smile during Halloween, the only permissible day of the year when we adapt merely the aesthetic from outside the horizon of possibilities? It just so feels natural to be back home. And I can go further. Look at criminals, hooligans, vandals, and anarchists: they always cover their faces. Why? Because the liberation felt by dissociating from your face is understood as the first baby step outside the horizon of possibilities, because you are built in God’s image, God is good, and you reject God.

A MEU VER



"If a person doesn't think there is God to be accountable to, then what's the point of trying to modify your behavior to keep it between acceptable ranges?" - Jeffrey Dahmer

That was one of the biggest monsters of contemporary history. He was so aware of this horizon that he managed to live in the void. He couldn't have phrased it better. And the truth is that there is objectively nothing but the void. Everything else is a product of constructivism.

The biggest construction there, which is not even material, is the notion of Good. If only Goodness was a shiny skyscraper in the middle of the darkness so we could easily take it down. But it isn't. So what is it? I don't know. But we know it is there, somewhere, and that we've started gaining consciousness about it. But can Bad be Good? Rebecca J. Krause and Derek D. Rucker proved in their scientific article *'Can Bad be Good? The Attraction of a Darker Self'* that there is, among a 232,000 studied population, a preference for villains. A natural inclination for evil. Oh, but don't let yourself be misled by the nominalism we use. Remember that "good" is a leash, and you want to break from it. Doing evil doesn't necessarily mean to do "the bad things", as it simply means to do "the unacceptable things" which can both be "good" or "evil" (in the moral sense of the word).

"Religion is the masterpiece of the art of animal training, for it trains people as to how they shall think." - Arthur Schopenhauer

So it appears you can't tame one who doesn't think unless you know someone who has successfully trained a rock. Thinking is a restraint. Oh to be a grain of sand to flow with the river, or a falling leaf led by the wind - what could be freer than that?

But we do think. And by the act of thinking, we must find (not create) a path for Liberation, towards Freedom. As I have mentioned before, a Monster is not a free being, for he is still on the path, he hasn't yet reached the inevitable destiny.

So let's develop what the horizon of possibilities is, according to my understanding. The horizon is basically the Rule of Law, understood as the empire over which Law rules, whose boundaries separate the horizon from the void. The law preexists man and is compulsively laid upon him. It's almost as if it was more of a tunnel rather than a horizon, for when I watch the infinity of the sea I can still take a glance at the sky.

"Everything you've ever wanted is sitting on the other side of fear." - George Addair

Getting back to Dahmer's case, for those who have watched the series, or for those old enough that assisted the live premier, or even for those who have a vague idea of what I am talking about, it struck me to see a man whose conduct was extraordinarily untamed yet he behaved as soon as he got back into the horizon. I mean, it just surprises me to see, to even understand, how he was so free from the Rule of Law, how he disregarded every human convention that was there for him to obey, how he did what he did, but still, this "behavioral engineering" was so deeply carved into him that once in police's hands he stepped back on stage. It is all theater, after all. It's almost like the Law is never present until it actually is. In Dahmer's case, that was very much visible. And it is a theater because those roles do not exist in the void. Forty or so people gathered in a room, each assuming almost as instinctively their roles as victims, prosecutors, criminals, and judges, and acting accordingly. This entire Fabula around him, why didn't he simply reject it by denying its authority, its existence?

Think about it deeply, and let me know if you share the same feeling, as diminished as it might be, according to how unaware of your domestic status you are. When one becomes a monster and does unspeakable, unimaginable, and unbelievable good or harm, with complete disregard for the consequences that might be to come from when he steps back into the horizon (or when the horizon steps onto him), don't you feel this sense of admiration? The way he recklessly does what pleases him, or how the Spanish say, the way he does "lo qué le da la gana". It's not actually admiration. Personally, I think it's more envy. I envy his capability of simply not giving a f*ck.

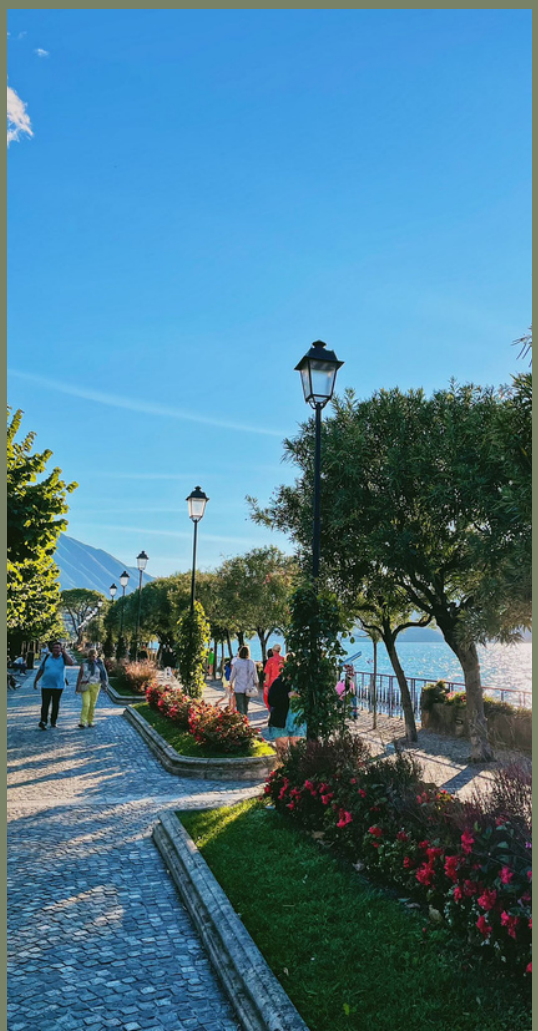
On why I believe the horizon was made up and how it manifests in our day-to-day actions I will write in my next article, dedicated specifically to the path's end, the ultimate and inevitable end: Freedom. Until then, pay good attention to all the crushing walls around you and most importantly to who builds them. Your fight against the concrete world is not a necessity, you must understand it as natural. By tearing the walls down you are making it easier for others to find the path to liberation. Free yourself from humanity. You are nothing, and to nothingness, you shall return.

(Cria)tividade

Dimmi Quando.

Por Bruno Miranda Lencastre

SCUOLA ELEMENTARE
MASCHILE
26

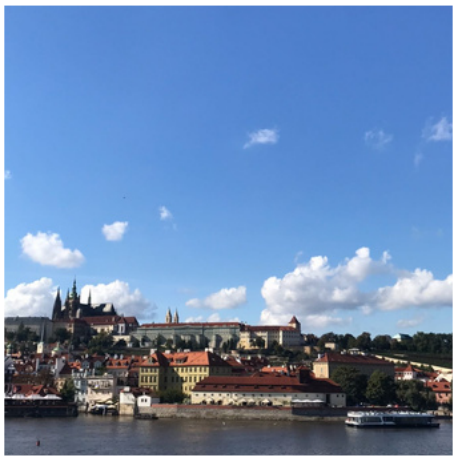


POR BEATRIZ PEREIRA

13
13 A
FILM NEGATIVE

13
13 A
FILM NEGATIVE

13
13 A
FILM NEGATIVE


14
14 A
FILM NEGATIVE

14
14 A
FILM NEGATIVE

14
14 A
FILM NEGATIVE

13
13 A
FILM NEGATIVE

13
13 A
FILM NEGATIVE

WINE & FOOD STORE
SOUVENIR
13
13 A
FILM NEGATIVE

14
14 A
FILM NEGATIVE

14
14 A
FILM NEGATIVE

14
14 A
FILM NEGATIVE

NÚCLEO MUSICAL

Spotify

Skream! (2006), Skream

POR MARTIM DINIS

Eu sei. Provavelmente estavas à espera de uma nova review, repleta de feedbacks de guitarra e de fuzzy basslines que gritam: *"Hail! Hail! Rock & Roll."* Mas decidi variar, em nome do ecletismo. E se em reviews anteriores explorei os mundos do rock alternativo, indo do experimental ao geracional, do Post-Hardcore americano ao Doom Metal japonês, está na altura de flutuarmos, pela primeira vez desde que escrevo para esta revista, no extraordinário e heteróclito mundo da música eletrónica. Estilo este que, para surpresa da maioria, é um dos mais importantes marcos na minha aventura pelo cosmos musical e um dos primeiros que me fez ficar, eternamente, viciado.

Acredito que a maioria de vós (ou pelo menos uma parte) já tenha ouvido falar do célebre "Dubstep", aquele conjunto de trêmulos eletrônicos agressivos popularizado, mais ou menos, entre 2009 e 2015, com representações de máscaras de gás coladas a headphones da Senheiser e encabeçado pelo produtor cujo sidecut é reconhecido de uma ponta à outra do globo e que, com a "brincadeira" do "Scary Monsters & Nice Sprites" (2010), foi catapultado para o ultralucrativo mundo dos produtores que se renderam, lamentavelmente, ao fácil e comercial.

Mas e se te dissesse que um dos mais populares géneros de toda a história da música eletrónica, na verdade, não se chama Dubstep, mas sim Brostep, e que apesar de pertencer à árvore genealógica do Dubstep, apresenta uma essência e sonoridade substancialmente desvirtuada do seu ponto de partida?

Bem, provavelmente pensarás: *"Okay, é bom saber, mas que relevância tem?"* Para quem gosta de música e está disposto a embarcar numa nova viagem a cometas em forma synths e gira-discos, tem toda e mais alguma. Por múltiplas razões, umas mais relevantes que outras, mas principalmente porque com a defeituosa utilização do termo, o verdadeiro Dubstep, descendente do 2-Step Garage londrino e, mais profundamente, do Dub e do Reggae, só costuma ser difundido, na esfera pública, por quem o viveu e por quem esteve presente quando John Peel, um dos principais radialistas em toda a Grã-Bretanha, e a DJ Mary Anne Hobbs, começaram a lançar, nas suas emissões de rádio, este ousado e revolucionário estilo de música. Visionários que já não se fazem nos dias de hoje.

Foi assim que, juntamente à emancipação da internet e à perseverante "soundsystem culture" (elemento primário adotado à cultura e história jamaicana), nomes como Skream, Burial, Kode9, Coki, Loefah, Plastician, Benga, entre muitos outros, marcaram a história da música eletrónica e, por isso mesmo, merecem ser reconhecidos pelo seu precioso, extraordinário, mas indevidamente injustiçado, contributo. Este álbum que vos apresento é uma das mais ilustres referências do estilo.

Recuamos a 2006, a fronteira temporal entre o auge do Dubstep (ano em que os principais álbuns do género foram lançados) e o início da estruturação fundamental que desenvolveu o subgénero Brostep, liderado por Rusko (com o single "Cockney Thug" (2007) a título de exemplo) e não por Skrillex, que só apareceu na fase final de construção da sonoridade do subgénero, como é percetível nos seus primeiros trabalhos.

Ao contrário do que assistimos, posteriormente, na América do Norte, com o advento do Brostep, o Dubstep, por definição, é formado por padrões rítmicos de caráter esparso e sincopado, focado em frequências subgraves, com a recorrente utilização de samples cortadas e, ocasionalmente, de trabalhos vocais. A chave está no equilíbrio entre a subtileza e a afirmação do baixo, um meio-termo que não compromete a beleza intrínseca à sua formação e que, ao mesmo tempo, é forte o suficiente para não cair em esquecimento.

Oliver Jones, mais conhecido por Skream, foi (e continua a ser, ainda que noutras andanças), um mestre desta arte, elevando o Dubstep e manobrando-o, respeitosamente, com outros estilos, preservando a consistência e a inovação artística, vitais ao crescimento do movimento musical.

É a partir desse pressuposto que este álbum apresenta "Tortured Soul", abrindo com uma enervante secção de cordas, acompanhada por um crescente ruído de trituração e distintos tambores tribais, até chegar ao seu clímax de índole industrial, marcando o tom desafiante deste álbum e dando significado à simbologia do título da própria música. "Midnight Request Line", por sua vez, reforça a presença desta ilustração enigmática, como se tivéssemos acabado de entrar num bosque sombrio e amaldiçoado, sem ter forças para combater o que nos fez mover até lá. Possuindo variações rítmicas de enorme valor, atribui uma personalidade inconfundível à música, sem nunca perder de vista a familiaridade da mesma. O seu irmão "Blue Eyez" (irmão de popularidade e, por sinal, de composição) traz ao palco principal, pela primeira vez neste álbum, a pura representação do Dub, com um vívido fator de Upbeat que introduz um certo sarcasmo, ainda que otimista e bem-disposto.

Esta alucinante circulação pela faixa da esquerda é, no entanto, interrompida, a mando de "Auto-Dub", um filler em forma de loop com alguns fx (efeitos) alternados, sendo um dos meus pet peeves desta admirável coletânea, por sentir que não havia necessidade (nem timing) para a existência de fillers. O seu sucessor "Check-It", em parceria com a vocalista Warrior Queen, mestre do Dancehall e Dub jamaicano, retoma o ritmo a alta- velocidade com um sujo e feroz wobble (baixo) que, apesar de não estar perfeitamente enquadrado com o feeling das faixas anteriores, transfere um refrescante sentido de oportunidade para introduzir "Stagger", ser reinante da agressividade e irreverência. Anárquico no sentido de ter vida própria, mas controlado no seu íntimo espaço de consolidação, é violento sem pedir permissão, com um hermético uso do wobble a demonstrar, categoricamente, a diversidade eclética desta admirável criação.

Ironicamente, "Dutch Flowerz", assume o papel de intervalo (note-se, "intervalo" em vez de "interrupção") sem recorrer à função de filler, declarando uma polida e espontânea simbiose entre o sine bass e o lead de identidade metálica, que mais tarde formam um excelso triângulo amoroso com a introdução de cordas de guitarra, onde cada elemento dança, ordenadamente, para validar a sua auto-refletida genialidade. Contudo, "Rutten" rapidamente reembolsa o ouvinte da sinistralidade vigente, por efeito de um mágico lead de flauta que serve de esqueleto visceral para o andamento pausado e emurchecido. Já dizia o outro: "Steady. Wobbly. Groovy." De quando Dubstep não era 2step sem o Dub e de quando o tenebroso não era sinónimo de extravagância ou de produções over the top.

Curiosamente, pouco se fala de uma das partes mais interessantes da música. Falo da parte final, detentora de um híbrido entre o diálogo de filme e de um combo batida/baixo em segundo plano, que mais tarde iremos observar, sobre uma fisionomia de similar porte, em trabalhos de grandes produtores de Brostep (convencionais ou não-convencionais), como Borgore ou Caspa.

O baixo em formato 808 de "Tapped" (o único pergaminho de Grime aqui presente) e a superinteressante utilização de um baixo com timbre definido, em vez do clássico baixo de sine wave, em "Kut-Off", não passam despercebidos, mas são os 8 minutos da mais genuína delicadeza reproduzida em "Summer Dreams" que realmente fazem a diferença nesta segunda metade do álbum. A onda de Soulful House combinada ao Dubstep, a batida de 2-step, as samples de percussão concertadas ao baixo, este nosso querido amigo que, nos breves momentos em que está ausente, ativa um cruento sentimento de solidão, apenas para ser preenchido no seu retorno. Um retorno de imagem quente, confortável, pacífica, nostálgica, suave, colorida... É, sem margem para dúvidas, a mais especial faixa do álbum inteiro e, sem exagero, uma das principais músicas da minha vida.

Este álbum poderia terminar com mais um daqueles Outros de fraca feição, abanando um lenço branco em tom de despedida, ou até ficar pelo "Summer Dreams" e não arriscar lançar um novo jogador em campo, mas Oliver Jones, sendo Oliver Jones, decidiu terminar com "Emotionally Mute", um trabalho de equipa de diferentes elementos que, em conjunto e de forma extremamente corajosa, compõem um feliz uso da melodia e da contra-melodia, transfigurando o aparente mortuário final num refrescante sinal de "*é tudo por agora, mas pouco de tudo o que ainda está por vir.*"

Se consegui transmitir a magia da música eletrónica, aquela que é criada pelo Homem, que sentimentaliza como o Homem, mas que é composta, na sua maioria, por elementos não-humanos? Não sei. Mas espero ter conseguido, no mais precário dos cenários, dignificar o trabalho de quem serviu de objeto inovador da auto - reflexão espiritual e não de uma simples injeção de adrenalina, sem qualquer sumo ou conteúdo. Pelo bem da música, da verdadeira música...

FICHA TÉCNICA

Diretor-Geral Editorial Luís Duarte

Diretora-Geral Adjuntos Constança Martinho e Tomás Pires

Diretora de Arte e Forma Nada El-Majri

Diretor de Conteúdo Martim Dinis

Diretora de Comunicação Francisca Cosme Ferreira

Chefe de Redação Inês Sousa

Tesoureira Patricia Neruța

Tens interesse em escrever, fotografar ou contribuir de alguma maneira para a nossa revista digital?

Na **Da Democracia em Portugal** *estamos sempre à procura de novas vozes empenhadas em defender a democracia e a liberdade através da escrita e da criatividade.*

Se isto és tu, então contacta-nos através de ***dademocraciaemportugal@gmail.com*** *para saberes como te podes candidatar para aderir à nossa equipa.*

Ficamos à tua espera!

DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2022